

Diap, 22/01/14

Pauta do STF contém matérias de interesse dos trabalhadores

Advogados trabalhistas têm chamado atenção para o fato de que neste ano o Supremo Tribunal Federal (STF) dará a última palavra em matérias de interesse dos trabalhadores que poderão alterar as relações entre empregadores e empregados.

Pelo menos três questões importantes estão na pauta dos ministros: a possibilidade de demitir sem justificativa, a necessidade de negociação sindical para demissão em massa e o direito de grevistas fazerem manifestações em locais de trabalho. A depender das decisões, os empregadores serão obrigados a rever o passivo trabalhista dos últimos cinco anos.

Demissão imotivada

O julgamento que trata da possibilidade de demissão imotivada foi iniciado em outubro de 2003. Apesar de a possibilidade estar prevista na Constituição, a questão foi parar no Supremo porque, em 1992, o Brasil se tornou signatário da Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assinada por diversos países europeus, a convenção estabeleceu que o empregador só pode dispensar o funcionário com "motivo justo".

Em 1996, porém, o então presidente Fernando Henrique Cardoso denunciou a convenção para anunciar a saída do Brasil, por considerá-la incompatível com a Constituição. Logo após a denúncia, em 1997, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a Presidência da República por entender que a revogação, por meio de decreto, teria que ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Como está o julgamento

O relator da Adin, ministro Maurício Corrêa, e o ministro Carlos Ayres Britto votaram a favor da Contag. Entenderam que a denúncia teria que passar pelo Congresso.

Ao retomar o julgamento, em março de 2006, o ministro Nelson Jobim votou pela manutenção da denúncia. Em 2009, o ministro Joaquim Barbosa votou pela inconstitucionalidade do decreto. Porém, a ministra Ellen Gracie pediu vista e, com sua aposentadoria, o processo aguarda uma nova distribuição.

Consequências do julgamento

Para o advogado Sávio Lobato, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CNM/CUT), uma decisão favorável do STF e a retomada da Convenção nº 158 alteraria a forma de negociação entre empresas e empregados.

"Apesar de a convenção não prever estabilidade aos trabalhadores, ela estabelece que as empresas devem justificar as demissões", diz.

Os advogados especializados em relações do trabalho Adauto Duarte e Sylvia Lorena, contudo, ressaltam que, na prática, a aplicação da convenção significaria estabilidade no emprego.

"Esse mecanismo não traz nenhum tipo de rotatividade, o que é ruim. Tanto que esse modelo já foi abandonado por diversos países", afirma Duarte. Caso o STF mude essa realidade, segundo os advogados, as empresas terão que rever todo o seu passivo, já que empregados demitidos sem justa causa nos últimos cinco anos poderão pleitear sua reintegração.

Demissão em massa

Outro processo de interesse dos trabalhadores é o que discute a necessidade de negociação com sindicato para a realização de demissão em massa. O caso envolve a dispensa, em 2009, de cerca de 4,2 mil trabalhadores pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e pela Eleb Equipamentos.

Na época, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região entrou na Justiça do Trabalho contra a medida. O tema teve repercussão geral reconhecida pelo STF em 2013. O relator é o ministro Marco Aurélio.

Após o Tribunal Superior do Trabalho (TST) entender que, no caso, os trabalhadores não deveriam ser readmitidos, mas que deveria haver negociação para demissão em massa, as empresas recorreram ao STF.

Para o advogado da Embraer e da Eleb Equipamentos, Cassio Mesquita Barros, não há previsão em lei que obrigue as companhias a negociar. Para ele, o inciso I, do artigo 7º da Constituição estabelece indenização compensatória em caso de demissão - multa de 40% do FGTS.

Vedação à dispensa arbitrária

Contudo, o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Aristeu César Pinto Neto, interpreta que esse mesmo dispositivo constitucional veda a dispensa arbitrária.

Para Neto, o Supremo tem que dar um limite para as demissões em massa, com a manutenção da obrigatoriedade de negociação com o sindicato, como julgou o TST. "Hoje temos

uma quantidade acentuada de demissões. O setor de autopeças, por exemplo, trocou todos os seus funcionários em quatro anos", diz.

Greve em local de trabalho

O STF também deve analisar se decisões judiciais podem impedir grevistas de se manifestarem nos locais de trabalho. O caso chegou à Corte pela arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) nº 123 da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores.

A entidade quer impedir a aplicação por juízes do artigo 932 do Código de Processo Civil (CPC). Esse dispositivo é conhecido como "interdito proibitório", uma medida judicial destinada a proteger a propriedade.

A ação chegou no Supremo em setembro de 2007 e ainda não começou a ser julgada. O caso já teve três relatores: os ministros Ayres Britto e Cezar Peluso, que se aposentaram, e agora está com Teori Zavascki.

Má interpretação

De acordo com o advogado da confederação, Sávio Lobato, esse dispositivo tem sido mal utilizado por juízes, que o aplicam, a pedido das empresas, em casos de greve, que é um direito constitucional.

"Há juízes que impedem até que os empregados façam assembleia na porta fábrica, proíbem piquete pacífico e exigem que os trabalhadores fiquem a 500 metros da entrada", diz. Segundo o advogado, o artigo 9º da Constituição prevê o amplo direito de greve.

A paralisação, segundo o presidente da CNM/CUT, Paulo Cayres, só é adotada quando não há mais negociação. "Não vamos tomar uma fábrica, apenas reivindicar nossos direitos."

Diap, 22/01/14

Centrais farão ato dia 9 de abril por agenda dos trabalhadores

Na primeira reunião de 2014, as centrais sindicais decidiram realizar um ato unificado no próximo dia 9 de abril. A mobilização será em torno da pauta dos trabalhadores entregue à presidente Dilma Rousseff em 2013 que não avançou. O local e o horário ainda serão definidos.

Na agenda dos trabalhadores estão reivindicações antigas como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, o fim do fator previdenciário e a regulamentação da negociação com os servidores públicos.

As centrais também cobrarão uma audiência com a presidenta para discutir os temas que a classe trabalhadora não abre mão de que avancem.

Para o Secretário Geral da CUT, Sérgio Nobre, "a reunião reafirmou a unidade da classe trabalhadora e que, independente das eleições, iremos manter a pressão e a mobilização para que as propostas que começamos a discutir em 2013 tenham um desdobramento".

De acordo com o dirigente, o momento é propício para os trabalhadores apresentarem uma avaliação sobre a conjuntura e colocar na mesa as expectativas em relação ao próximo governo.

"Temos preocupação com a política econômica e industrial: não concordamos com o aumento de juros, não concordamos que o Brasil faça o inverso dos países mais desenvolvidos, importando produtos de alta tecnologia e exportando manufaturados. Porque esse cenário compromete o nosso desenvolvimento. Queremos ainda que a reforma agrária ande, que o governo tome medidas para combate a rotatividade e não aceitaremos retrocessos na política de valorização do salário mínimo", pontuou.

Ainda em relação às eleições, afirmou Nobre, que as centrais construirão uma agenda unitária para entregar aos candidatos, independentemente de quais apoiarem.

Contrato de curta duração

Também foi discutido na reunião a proposta acordada entre empresários e governo para a criação do contrato de trabalho de curta duração. O argumento para essa nova modalidade de contratação, que precariza as relações de trabalho e retira direitos dos trabalhadores, é atender as demandas dos grandes eventos como a Copa do mundo de futebol deste ano e as Olimpíadas em 2016.

Pela nova modalidade de contratação, empresários poderão contratar por até 14 dias num mês e 60 dias num ano sem a necessidade de assinar a carteira de trabalho. Além do repúdio, as centrais sindicais vão apresentar uma contraposta.

50 anos de Ditadura

Em 2014, destacou o diretor executivo da CUT, Júlio Turra, o Brasil relembra 50 anos do golpe militar de 1964, sugerindo unidade das centrais em torno da Comissão da Verdade para cobrar justiça aos trabalhadores perseguidos, torturados e assassinados pela Ditadura.

Ingerência do MP

A reunião das centrais também definiu a criação de um grupo de trabalho para discutir a ingerência do Ministério Público no funcionamento das entidades sindicais, desde a forma de sustentação até as eleições. As entidades vão elaborar um documento que será apresentado ao Poder Judiciário.

Diap, 22/01/14

Congresso definirá regra sobre teto salarial de servidor público

A definição do que pode ser pago acima do teto salarial aos servidores públicos federais pode voltar à discussão no Congresso neste ano. Hoje, ninguém no serviço público poderia receber acima de R\$ 29.462,25 - valor que corresponde ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Porém, a Constituição Federal permite que sejam pagas parcelas indenizatórias e diz que uma lei definirá quais são essas parcelas.

Essa indefinição e interpretações variadas da Constituição têm gerado uma guerra judicial em torno do pagamento de vencimentos de servidores públicos federais. Para o doutor em Direito Administrativo Flávio Unes, não há dúvida quanto à obrigatoriedade em limitar os vencimentos ao teto.

Ele explica, porém, que a Constituição excetua desse limite as verbas devidas a todo trabalhador, como o décimo-terceiro salário, o adiantamento de férias e a recomposição de despesas feitas em função do desempenho profissional. Essas são as chamadas parcelas indenizatórias.

Atualmente, é o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o responsável por definir quais são essas parcelas. Entre elas, o conselho admite diárias, ajuda de custo, auxílio-transporte, indenização de transporte, auxílio-moradia e auxílio-alimentação.

Propostas

Várias propostas tramitam no Congresso com o objetivo de definir essa situação. Entre elas, o Projeto de Lei 6922/13, apresentada em novembro pela Comissão Mista de Regulamentação da Constituição e Consolidação das Leis. A proposta acrescenta à lista do CNJ outras parcelas que poderiam ser pagas acima do teto, incluindo salário-família, auxílio-natalidade, auxílio-doença e parcela de adesão a programa de demissão voluntária.

De acordo com o projeto, são consideradas parcelas indenizatórias as que não são incorporadas à remuneração do agente público nem geram acréscimo patrimonial. Não podem ser consideradas parcelas indenizatórias os pagamentos feitos em retribuição por um trabalho, como as gratificações por desempenho de chefia.

Flávio Unes destaca a importância de uma lei definir claramente o que pode ser pago acima do teto, para que não seja possível disfarçar outros tipos de pagamentos sob essa classificação. "Parcelas de caráter indenizatório é um conceito vago. O ideal é que haja uma lei, como sinaliza a Constituição. Isso seria ótimo para evitar controvérsias, judicializações e eventuais equívocos."

O líder do PT, deputado José Guimarães (CE), também acredita que uma lei pode dar segurança jurídica aos servidores e à sociedade, "para evitar que cada juiz, cada ministro da Corte Suprema, possa estar definindo o que é teto e o que não é". "Se aprovarmos uma lei estabelecendo quais itens compõem o salário do servidor, ela orientará as decisões judiciais", completa o deputado.

(Fonte: Agência Câmara)

Diap, 22/01/14

Mercado formal gerou 1,1 milhão empregos em 2013, diz Caged

O mercado formal de trabalho brasileiro gerou em 2013 um total de 1.117.171 empregos com carteira assinada, representando um crescimento de 2,82% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2012. Os dados são do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta terça-feira (21) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias.

Em dezembro, tradicionalmente, em razão da forte presença de fatores sazonais negativos (entressafra agrícola, término do ciclo escolar, fim das festas do final do ano, fatores climáticos) que perpassa quase todos os setores e subsetores, o nível de emprego teve redução de 449.444 postos de trabalho (-1,10%), declínio menor que o ocorrido em dezembro de 2012 quando foram perdidas 496.944 postos de trabalho (- 1,27%). A queda de dezembro originou-se de 1.094.522 admissões, e de 1.543.966, desligamentos, ambos constituem o quarto maior resultado para o período.

Segundo avaliação da equipe técnica do MTE, os dados de 2013 demonstram a continuidade do movimento de expansão do emprego formal no país, ainda que tenha ocorrido uma redução do ritmo de crescimento quando comparado aos anos anteriores. Apesar da desaceleração apresentada em 2013, o mercado de trabalho formal vem apresentando, pelo quinto mês consecutivo, um maior dinamismo frente ao mesmo período do ano anterior.

Para o ministro Manoel Dias, o resultado de 2013, demonstra que o Brasil, mesmo com a desaceleração, segue num movimento contínuo de geração de empregos. "Nos últimos anos estamos mantendo uma geração contínua de empregos, numa média de 1 milhão de empregos anuais. Além disso, tivemos um ganho real de 42,91% no salário médio de admissão que passou de R\$ 772,58 em 2003 para R\$ 1.104,12 em 2013. Isso demonstra que o mercado de trabalho brasileiro, mesmo com o país não tendo crescido o esperado, continua gerando empregos. Somente no governo da presidenta Dilma foram 4,5 milhões de postos gerados, um crescimento de 10,23%", acentuou o ministro.

Análise por setor e geográfica

Em termos setoriais, houve crescimento nos oito setores da economia, com um melhor desempenho no setor de Serviços, com geração de 546.917 postos (+3,37%); seguido do Comércio, com 301.095 (+3,36%); Indústria de Transformação, com 126.359 postos (1,54%) - resultado superior ao registrado em 2012 (+86.406 postos); Construção Civil com 107.024 postos (3,44%); Administração Pública, com 22.841 postos (2,62%) - melhor resultado nos últimos quatro anos; Extrativa Mineral com 2.680 postos (1,20%); e Agricultura que gerou 1.872 postos (0,12%)

Segundo análise por recorte geográfico, ocorreu expansão generalizada do emprego em todas as grandes regiões, com duas delas registrando desempenho mais favorável em relação ao ano anterior. A região Sudeste gerou 476.495 postos (+2,24%); a Sul com mais 257.275 postos (+3,64%), saldo superior ao verificado em 2012 (+234.355 postos); a Nordeste com 193.316 postos (+ 3,02%), resultado superior ao ocorrido em 2012 (+190.367 postos); Centro-Oeste que criou 127.767 vagas (+4,23%); e a região Norte com mais 62.318 postos (+3,43%).

Quase todas as Unidades da Federação apresentaram elevação do nível de emprego em 2013, com destaque para São Paulo, +267.812 postos ou +2,14%; Rio de Janeiro, +100.808 postos ou +2,67%; e Paraná, +90.349 postos ou +3,50%,

No conjunto das nove Áreas Metropolitanas houve um crescimento de 2,02% em 2013, representando a geração de 331.229 postos de trabalho. As áreas que mais se destacaram, em termos absolutos, foram São Paulo, com geração de 129.401 postos ou +1,93% e Rio de Janeiro, com mais 72.827 postos ou +2,54%.

Aumento na Renda

Em 2013, os dados do Caged demonstram um crescimento nos salários médios de admissão em relação ao ano de 2012. O salário médio de admissão passou de R\$ 1.076,23 em 2012 para R\$ 1.104,12 em 2013, um aumento real de 2,59%, tomando como referência os salários médios dos respectivos anos e o INPC médio.

Nos últimos 10 anos, os salários médios de admissão saltou de R\$ 772,58 em 2003 para R\$ 1.104,12 em 2013, correspondendo a um aumento real de 42,91%. Nos últimos três anos, o percentual de aumento foi da ordem de 10,75%, resultante da elevação do salário médio de admissão de R\$ 996,91 em 2010 para os atuais R\$ 1.104,12. (Fonte: MTE)

Diap, 22/01/14

Sindicalistas querem aprovar proposta que reduz a jornada de trabalho

A principal pauta de reivindicações das centrais sindicais para este ano é a votação da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Em discussão na Câmara dos Deputados desde 1995, a proposta de emenda à Constituição (PEC 231/95) está há quase cinco anos em condições de ser votada em primeiro turno pelo Plenário. De lá para cá, já houve 12 requerimentos de inclusão da proposta na Ordem do Dia.

O texto foi aprovado pela Comissão Especial da Jornada Máxima de Trabalho em julho de 2009 em clima de festa no auditório Nereu Ramos da Câmara, com a presença de representantes de todas as centrais sindicais. Além de reduzir as horas trabalhadas, a proposta também prevê a elevação da hora extra de 50% para 75% sobre o valor da hora normal.

A última redução da jornada de trabalho ocorrida no País foi na Constituição de 1988, quando as horas trabalhadas passaram de 48 para 44 horas semanais. Segundo o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), as novas tecnologias agregadas à atividade produtiva justificam a aprovação da proposta.

"Hoje, com a mesma força de trabalho, você produz 3, 4 vezes mais do que o que se produzia há 25 anos. Portanto, esse ganho de produtividade está sendo apropriado pelos empregadores, pelos empresários e isso terá que ser repartido pelo conjunto da sociedade, especialmente para os trabalhadores."

Criação de empregos

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (Dieese), a redução da jornada de trabalho pode criar até 2,5 milhões de empregos. Em março do ano passado, a

presidente Dilma Rousseff chegou a se comprometer, durante reunião com sindicalistas, a analisar várias das reivindicações das centrais sindicais, entre elas a redução da jornada de trabalho.

Para virar realidade, a proposta de emenda à Constituição precisa de apoio de 2/3 dos deputados para ser aprovada na Câmara em dois turnos de votação. Em seguida, passa a análise semelhante no Senado Federal. (Fonte: *Agência Câmara*)

Diap, 22/01/14

Contrato de curta duração: advogados trabalhistas são contra a adoção

A possibilidade de adoção no Brasil do chamado contrato de trabalho de curta duração durante a Copa do Mundo de Futebol neste ano e as Olimpíadas em 2016 encontra resistência entre operadores do direito.

De acordo com a proposta, que está sendo elaborada pelos ministros do Trabalho e do Turismo, sob o argumento da necessidade de atender demanda dos grandes eventos que serão realizados no país, empresários poderão contratar por até 14 dias num mês e 60 dias num ano sem a necessidade de assinar a carteira de trabalho.

Sem a carteira de trabalho assinada, os futuros trabalhadores não terão direito a FGTS, seguro-desemprego, PIS e abono salarial, entre outros direitos trabalhistas.

Argumentos contrários

Diante desse prognóstico, advogados trabalhistas têm se posicionado contra essa pretensa adoção de uma nova modalidade de contratação. Entre os argumentos, o fato de já existir preceito normativo capaz de facilitar novas contratações de trabalhadores como a Lei 6.019/1974, que regulamenta o trabalho temporário.

Além da existência da lei, há o temor de que alterações na CLT flexibilizem e precarizem a já consolidada modalidade de contrato temporário, uma realidade aplicada há 40 anos no país.

No entendimento da presidente em exercício da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Segunda Região (Amatra-2), juíza Valéria Sanchez, "a contratação de trabalhadores sem formalização do vínculo é um procedimento que viola não apenas o princípio de proteção fundamental no direito do trabalho, mas também a dignidade da pessoa, pois permite e fomenta a existência de um coletivo de trabalhadores com menos direitos que seus pares".

Portal da CUT

CUT promoverá seminário do setor de logística em fevereiro

22/01/2014

Representantes do setor de transporte de carga estiveram na sede da central para discutir planejamento

Escrito por: Luiz Carvalho

Representantes de entidades sindicais do setor de transportes estiveram na sede da CUT, nesta quarta-feira (22), para discutir a realização de um seminário do setor de logística.

Promovida pelo Macrossetor de Comércio, Serviços e Logística da Central, o encontro acontecerá nos dias 25 e 26 de fevereiro, ainda com local a definir.

O seminário dá sequência aos debates que a CUT promove para discutir os desafios do setor como a regulação, as relações de trabalho e a organização sindical. O primeiro foi a realização de um seminário nacional de transporte de carga, que aconteceu em novembro e definiu 13 pontos fundamentais para melhorar as condições da categoria.

Para o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga do Vale do Paraíba, Everaldo Bastos, as melhorias no setor de logística são fundamentais para ampliar a competitividade do país.

"Precisamos discutir áreas de descanso para os caminhoneiros, a renovação da frota e uma forma de diminuir o custo do transporte. Temos muito desperdício e isso gera aumento de alimentos. O caminhão fica muito tempo parado, temos muito atravessadores entre o embarcador e o transportador e tudo isso afeta o valor do produto que chega ao consumidor. Hoje você fabrica uma camisa por R\$ 30, mas o custo do transporte faz com que ela custe R\$ 40", exemplifica.

Já o presidente da Associação Nacional de Caminhoneiros, Benedito Pantalhão, defende maior investimento na qualidade das estradas. "Melhorou em alguns estados, mas quando você sai do Sul, Sudeste e de parte de Minas Gerais e do Mato Grosso, as estradas são muito ruins. Isso também encarece custo do transporte e da mercadoria, porque o caminhoneiro demora mais para fazer a entrega e aumenta o valor do frete. Além da manutenção dos veículos", explica.

O dirigente destaca ainda a necessidade de ampliar a qualificação de trabalhadores que desejam ingressar no mercado e a requalificação dos que já estão, também como forma de suprir a falta de motoristas profissionais no Brasil.

“Essa defasagem chega a 40% em relação ao que temos nas estradas. Chega-se ao ponto de pegar motorista de perua, dar um breve curso de como dirigir caminhão e soltar na rua. Isso porque o filho do caminhoneiro não quer seguir o caminho do pai, porque o trabalho é muito desgastante e não há incentivo”, critica.

Portal da CUT

Portuários farão paralisação nacional nos dias 24 e 30

22/01/2014

Trabalhadores reivindicam a implantação do plano de cargos, carreiras e salários

Escrito por: Federação Nacional dos Portuários

Trabalhadores portuários, associados aos sindicatos filiados à Federação Nacional dos Portuários (FNP), vão paralisar as atividades por seis horas na próxima sexta-feira (24) das 7h às 13h – e na quinta-feira (30) por 24 horas a partir das 7 horas. Em reunião na sede da FNP, em Brasília, na segunda-feira (20), líderes sindicais de todo o país confirmaram a adesão ao movimento. A decisão pela paralisação foi aprovada em assembleias regionais da categoria.

Os trabalhadores reivindicam a implantação do plano de cargos carreira e salários (PCCS), uma solução para o Portus, previdência complementar da categoria e a regulamentação das atividades da Guarda Portuária, sem terceirização.

A normatização da Guarda Portuária a cargo da Secretaria de Portos (SEP) é motivo de questionamentos por parte dos trabalhadores que reivindicam mais participação na criação do regimento para a atividade. Em novembro de 2013, a Secretaria apresentou proposta aos trabalhadores que permite a contratação de segurança privada para a vigilância dos portos. Para os trabalhadores, a possibilidade representa um risco à segurança portuária. “O nosso desafio é combater a terceirização”, disse o presidente da FNP, Eduardo Guterra, que defende a implementação de proposta de normatização, encaminhada pelos portuários à Secretaria de Portos (SEP), em agosto último, que impede a terceirização.

O Portus, previdência complementar dos portuários, é outro tema que exige solução imediata. O fundo enfrenta dificuldades para pagar os benefícios de seus assistidos devido à inadimplência das patrocinadoras (as companhias Docas) e da União, como sucessora da extinta Portobrás.

Os trabalhadores pedem que o governo federal apresente os resultados do estudo elaborado por grupo interministerial, liderado pelo Ministério da Previdência Social, para auditar a dívida do Portus. Segundo informações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o estudo foi concluído e agora depende de decisão da Casa Civil. A intervenção, decretada pela Previc em agosto de 2011, já foi renovada seis vezes e vence no próximo dia 31 de janeiro. Nenhuma solução foi apresentada pelo governo federal até o momento.

Levantamento da Federação Nacional dos Portuários (FNP) indica que hoje o Portus atende 11 mil ativos e pensionistas, ao considerar os dependentes são mais de 30 mil pessoas que podem ser afetadas pela falta de recursos do plano.

Outro motivo de insatisfação é a falta de plano de cargos carreira e salários (PCCS) que impõe perdas econômicas aos trabalhadores das companhias Docas.

Nesta terça feira (21), no segundo dia de reunião com sindicatos filiados, ficou acertado que a FNP tomará medidas para cobrar do governo federal a regulamentação das questões sociais prevista na Lei 12.815/2013 como a renda mínima para o trabalhador portuário avulso.

Portal da CUT

Começa aferição da representatividade das centrais no MTE

22/01/2014

CUT é a atual central sindical mais representativa do Brasil, maior da América Latina e quarta maior do mundo

Escrito por: CUT Nacional

Teve início nesta segunda-feira (20) a aferição dos índices de representatividade das centrais sindicais, realizado anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme prevê a Lei 11.648/08.

Realizada por um Grupo de Trabalho (GT), composto por representantes do MTE, do Dieese e de cada central sindical, a aferição considera o percentual do número de sócios declarados nas atas eleitorais e o número de sindicatos filiados às centrais até o último dia útil do ano anterior.

“São mais de 3 mil processos entre atualizações de diretorias e filiação a serem analisados pelos membros do GT nos próximos dois meses para definirmos o índice de representatividade de cada central em 2014”, explicou Jacy Afonso, secretário de Organização e membro titular do GT, do qual o assessor João Bravin é suplente.

Segundo o dirigente, a expectativa é de que a CUT se mantenha como a maior central sindical do país (o índice atual é de 35,6%). Atrás vem a Força Sindical com 13,82%, UGT com 11,21%, CTB com 9,18% e Nova Central com 8,08%.

Para uma central ser reconhecida pelo MTE, um dos critérios estabelecidos é de que a Central tenha pelo menos 7% de representatividade dos sócios do país. Entretanto, a CGTB, com apenas 2,9%, não atingiu o índice em 2013 e é reconhecida por meio de liminar, que ainda aguarda julgamento no Tribunal Superior do Trabalho.

Instrução normativa - Para a aferição deste ano, o MTE estabeleceu os procedimentos para aferição dos índices de representatividade das centrais através da Instrução Normativa (IN) 5/13, publicada em dezembro de 2013. Confira abaixo a publicação do MTE na íntegra.

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA No-5, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

Estabelece regras e procedimentos relacionados à aferição dos índices de representatividade das Centrais Sindicais no âmbito do GT Aferição.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 87, do parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 4º da Lei nº. 11.648, de 31 de março de 2008 e no parágrafo único do art. 1º da Portaria Nº. 1.704, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Para fins de aferição dos índices de representatividade das centrais sindicais serão considerados o número de filiados dos sindicatos constantes nos seguintes documentos:

I - solicitações eletrônicas de atualizações de diretorias e de filiação a entidades de grau superior (Solicitação de Atualização de Dados Perenes - SD), solicitações de registro sindical (SC), solicitações de atualização sindical (Solicitação de Recadastramento - SR), complemento de registro (CR) e complemento de alteração (CA) desde que validadas (deferidas) no ano corrente, a partir do mês de fevereiro do mesmo ano;

II - solicitações eletrônicas de atualizações de diretorias e de filiação a entidades de grau superior (SD) e solicitações de atualização sindical (SR) transmitidas via sítio do MTE até o dia 31 de dezembro de cada ano e protocoladas até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo Único. Não serão considerados, para fins de alteração do número de sindicalizados, as atas e documentos apresentados em sede de SD que façam referência a troca de membros de diretoria ainda vigente, sem a composição de uma nova diretoria mediante eleição.

Art. 2º Serão considerados, em ordem de preferência, nos dados da ata de eleição e apuração de votos da diretoria, registrada em cartório, o número de:

I - sindicalizados;

II - sindicalizados aptos a votar;

III - votantes.

Parágrafo único. Para os processos protocolados no Ministério anteriores à entrada em vigor da Portaria nº 02, de 22 de fevereiro de 2013 (atualizações sindicais - SR) e para os processos anteriores à entrada em vigor da Portaria nº 326, de 01 de março de 2013 (registro sindical e alteração estatutária) serão considerados o número de filiados dos sindicatos constantes das atas de eleição e/ou apuração, da lista de presença da assembleia da eleição e/ou apuração e, nos casos de ausência desses itens, o número de membros dirigentes eleitos.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

Portal da CUT

Megaoperação flagra trabalho escravo e infantil em carvoarias em São Paulo

22/01/2014

Fiscalização encontra 19 pessoas submetidas a condições análogas às de escravos e sete crianças vítimas de trabalho infantil

Escrito por: Igor Ojeda e Stefano Wroblewski - Repórter Brasil

Quatro equipes compostas por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, procuradores do Ministério Público do Trabalho, mais de 100 agentes da Polícia Rodoviária Federal, técnicos do Instituto Florestal, representantes da Advocacia Geral da União e da Justiça do Trabalho realizaram nesta terça-feira, 21, uma megaoperação de fiscalização em carvoarias no interior de São Paulo, a cerca de 90 km da capital. Além de infrações ambientais, as autoridades flagraram também trabalho escravo e infantil na produção de carvão que abastece supermercados e churrascarias da capital e de cidades do Estado.

Segundo o primeiro balanço parcial da fiscalização, foram identificados 19 casos de exploração de trabalho escravo e dois de trabalho infantil em Piracaia (SP), além de quatro casos de trabalho infantil em Joanópolis (SP) e um em Pedra Bela (SP). Entre os problemas encontrados pelas

equipes estão as condições degradantes a que os trabalhadores estavam submetidos, alguns dormindo em meio ao pó do carvão, sem acesso à água potável, banheiro ou qualquer equipamento de proteção mesmo trabalhando em ambientes com altíssima temperatura.

Nos próximos dias, a investigação sobre as cadeias de produção e problemas sociais e ambientais identificados será aprofundada, com responsabilização dos envolvidos.

Portal da CTB

Bancários da CTB querem regulamentar sistema financeiro nacional

A Coordenação dos Bancários da CTB se reuniu nesta quarta-feira (22) em Salvador para discutir a realização do Seminário Nacional dos Bancários Classistas nos dias 15 e 16 de março. "A reunião ocorreu para preparar o seminário que discutirá a participação dos bancários da CTB na Campanha Salarial nacional e unificada da categoria", define Eduardo Navarro, diretor da CTB.

Para Navarro é fundamental que "os bancários antecipem o encaminhamento das lutas porque este ano é um ano chave e as discussões enriquecem nossa participação para avançar nas reivindicações que estarão na mesa de negociações".

Já Emanuel Souza de Jesus, presidente da Federação dos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe, explica que como este ano tem eleição "importante colocar nas ruas a campanha salarial o quanto antes". Além disso, "a CTB Bancária deve ser protagonista em pautar o debate sobre a regulamentação do sistema financeiro nacional de forma a garantir mais transparência e comprometimento com o desenvolvimento do país".

Isso significa um embate importante sobre a questão dos juros básicos que o Comitê de Política Monetária (Copom), ligado ao Banco Central do Brasil, aumentou sete vezes consecutivas e tirou de 7,5% ao ano em abril do ano passado, elevando para 10,5% ao ano na primeira reunião ocorrida neste mês.

Finalmente, Emanuel Souza ressalta a importância da reunião e posteriormente do seminário para "organizar em âmbito nacional a Coordenação dos Bancários da CTB e assim sistematizar nossas reivindicações e encaminhá-las para o movimento que se deflagrará no país em breve".

Portal da CTB

Relatório da OIT mostra avanço do desemprego no mundo e propõe mudanças

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou nesta segunda-feira (20) o relatório *Tendências Mundiais em Emprego 2014*, pelo qual averiguou crescimento do desemprego entre os jovens. Segundo o relatório dos 202 milhões de pessoas sem emprego no mundo em 2013, 74,5 milhões estão entre 15 e 24 anos. O relatório afirma que 13,5% é o índice de jovens sem emprego, mais que o dobro dos 6% registrados no geral.

De acordo com o relatório, no Brasil 18,4% das pessoas até 29 anos não trabalham nem estudam. Desse número, 12,1% são do sexo masculino, 21,1% do sexo feminino, sendo que 28,2% das mulheres são negras.

De acordo com o estudo ainda, o percentual de pessoas até 29 anos que não estão empregadas nem estudando aumentou em 30 dos 40 países pesquisados. Na Turquia e na Macedônia, as taxas permanecem altas, com 34,6% e 32,1%, respectivamente, de jovens sem trabalhar ou estudar.

"Se a tendência atual se mantiver, o desemprego mundial continuará piorando e pode chegar a 215 milhões de pessoas em 2018. Nesse período, serão criados cerca de 40 milhões de novos empregos por ano, que representa um número menor do que os 42,6 milhões de pessoas que entram no mercado de trabalho anualmente", afirmam os organizadores do estudo.

Segundo a OIT, o ritmo de melhoria na qualidade do emprego está diminuindo, o que significa que um número menor de pessoas está saindo da pobreza no mundo. Em 2013, o número de trabalhadores em situação de extrema pobreza diminuiu apenas 2,7% em âmbito mundial, uma das taxas mais baixas da última década. São 375 milhões de trabalhadores vivendo com menos de US\$ 1,25 dólar por dia.

Para a OIT, "uma mudança urgente rumo a políticas mais favoráveis para o emprego e a um aumento da renda derivada do trabalho impulsionariam o crescimento econômico e a criação de emprego. Além disso, é fundamental fortalecer a proteção social e a transição para o emprego formal".

Portal CTB com informações da OIT

Instituto do Observatório Social

Mercado formal gerou 1,1 milhão empregos em 2013, diz Caged

O mercado formal de trabalho brasileiro gerou em 2013 um total de 1.117.171 empregos com carteira assinada, representando um crescimento de 2,82% em relação ao estoque de

empregos de dezembro de 2012. Os dados são do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta terça-feira (21) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias.

Em dezembro, tradicionalmente, em razão da forte presença de fatores sazonais negativos (entressafra agrícola, término do ciclo escolar, fim das festas do final do ano, fatores climáticos) que perpassa quase todos os setores e subsetores, o nível de emprego teve redução de 449.444 postos de trabalho (-1,10%), declínio menor que o ocorrido em dezembro de 2012 quando foram perdidas 496.944 postos de trabalho (- 1,27%). A queda de dezembro originou-se de 1.094.522 admissões, e de 1.543.966, desligamentos, ambos constituem o quarto maior resultado para o período .

Segundo avaliação da equipe técnica do MTE, os dados de 2013 demonstram a continuidade do movimento de expansão do emprego formal no país, ainda que tenha ocorrido uma redução do ritmo de crescimento quando comparado aos anos anteriores. Apesar da desaceleração apresentada em 2013, o mercado de trabalho formal vem apresentando, pelo quinto mês consecutivo, um maior dinamismo frente ao mesmo período do ano anterior.

Para o ministro Manoel Dias, o resultado de 2013, demonstra que o Brasil, mesmo com a desaceleração, segue num movimento contínuo de geração de empregos. "Nos últimos anos estamos mantendo uma geração contínua de empregos, numa média de 1 milhão de empregos anuais. Além disso, tivemos um ganho real de 42,91% no salário médio de admissão que passou de R\$ 772,58 em 2003 para R\$ 1.104,12 em 2013. Isso demonstra que o mercado de trabalho brasileiro, mesmo com o país não tendo crescido o esperado, continua gerando empregos. Somente no governo da presidenta Dilma foram 4,5 milhões de postos gerados, um crescimento de 10,23%", acentuou o ministro.

Análise por setor e geográfica

Em termos setoriais, houve crescimento nos oito setores da economia, com um melhor desempenho no setor de Serviços, com geração de 546.917 postos (+3,37%); seguido do Comércio, com 301.095 (+3,36%); Indústria de Transformação, com 126.359 postos (1,54%) - resultado superior ao registrado em 2012 (+86.406 postos); Construção Civil com 107.024 postos (3,44%); Administração Pública, com 22.841 postos (2,62%) - melhor resultado nos últimos quatro anos; Extrativa Mineral com 2.680 postos (1,20%); e Agricultura que gerou 1.872 postos (0,12%).

Segundo análise por recorte geográfico, ocorreu expansão generalizada do emprego em todas as grandes regiões, com duas delas registrando desempenho mais favorável em relação ao ano anterior. A região Sudeste gerou 476.495 postos (+2,24%); a Sul com mais 257.275 postos (+3,64%), saldo superior ao verificado em 2012 (+234.355 postos); a Nordeste com 193.316 postos (+ 3,02%), resultado superior ao ocorrido em 2012 (+190.367 postos); Centro-Oeste que criou 127.767 vagas (+4,23%); e a região Norte com mais 62.318 postos (+3,43%).

Quase todas as Unidades da Federação apresentaram elevação do nível de emprego em 2013, com destaque para São Paulo, +267.812 postos ou +2,14%; Rio de Janeiro, +100.808 postos ou +2,67%; e Paraná, +90.349 postos ou +3,50%,

No conjunto das nove Áreas Metropolitanas houve um crescimento de 2,02% em 2013, representando a geração de 331.229 postos de trabalho. As áreas que mais se destacaram, em termos absolutos, foram São Paulo, com geração de 129.401 postos ou +1,93% e Rio de Janeiro, com mais 72.827 postos ou +2,54%.

Aumento na Renda

Em 2013, os dados do Caged demonstram um crescimento nos salários médios de admissão em relação ao ano de 2012. O salário médio de admissão passou de R\$ 1.076,23 em 2012 para R\$ 1.104,12 em 2013, um aumento real de 2,59%, tomando como referência os salários médios dos respectivos anos e o INPC médio.

Nos últimos 10 anos, os salários médios de admissão saltou de R\$ 772,58 em 2003 para R\$ 1.104,12 em 2013, correspondendo a um aumento real de 42,91%. Nos últimos três anos, o percentual de aumento foi da ordem de 10,75%, resultante da elevação do salário médio de admissão de R\$ 996,91 em 2010 para os atuais R\$ 1.104,12.

Por: MTE

Portal da UGT

Centrais sindicais do Rio se unem em ato de solidariedade aos trabalhadores da Nissan no Mississipi

Com gritos de guerra como "Trabalhador unido, jamais será vencido" , bandeiras e faixas, cerca de 200 pessoas participaram, na manhã desta quarta-feira, 22, do ato promovido pelas centrais sindicais União Geral dos Trabalhadores (UGT), Força Sindical e CSP Conlutas em apoio e solidariedade aos trabalhadores da Nissan do Mississipi (EUA).

A manifestação aconteceu em frente a concessionária Leauto Nissan, em Botafogo, Zona Sul do Rio, tendo como objetivo tornar públicas as práticas antissindicais adotadas pela montadora

naquela região. Da mesma forma, a violação dos direitos humanos e trabalhistas dos empregados, 80% deles afro-americanos, impedidos de se organizar em sindicatos.

Este foi o quinto ato realizado no Brasil a partir da campanha mundial lançada no país em 2013 pela United Auto Workers (UAW), entidade sindical norte-americana que vem encontrando resistência para a representação dos trabalhadores das montadoras.

Presidente nacional da UGT, Ricardo Patah reforçou a importância da solidariedade num país que tem muitas empresas multinacionais. "Se não tivermos cuidado, vamos ter aqui um capital selvagem cada vez mais ampliado", afirmou ele, criticando o fato de o presidente mundial da Nissan ser brasileiro e comentando, ainda, as represálias sofridas pelo líder dos trabalhadores da montadora, Chip Well, que se pronunciou favoravelmente aos sindicatos em rede nacional de televisão.

"Estamos reivindicando um dia melhor para os trabalhadores da Nissan do Mississipi, nos Estados Unidos. Por isso, este ato de repúdio ao tratamento que é dado a eles ", esclareceu Nilson Duarte Costa, presidente da UGT do Rio de Janeiro (UGT-RJ). " É um absurdo a Nissan não permitir que os trabalhadores não tenham seu sindicato, bem como seus direitos garantidos. Justamente os Estados Unidos que se dizem democráticos", acrescentou.

Presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, Otton Mata Roma também se pronunciou em nome dos 12 mil comerciários brasileiros. "A Nissan trata seus trabalhadores com descaso em nome do lucro desnecessário que suga o sangue humano e que procura disseminar para o mundo inteiro sua política antissindical", declarou Mata Roma. "Como trabalhadores que somos, num país democrático onde a ação sindical é forte, não podemos permitir que aquele que se diz o maior país democrático do mundo tenha esse tipo de postura", concluiu.

Portal da UGT

SP criou um quarto dos empregos formais do País em 2013

O Estado de São Paulo foi o que mais gerou postos de trabalho no ano passado, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 2013, foram criadas 267.812 vagas - praticamente um quarto de todos os postos gerados no País e quase o triplo do Rio de Janeiro, o segundo colocado, com 100.808 empregos.

Em 2013, o Brasil gerou 1.117.171 empregos com carteira assinada, o menor desempenho dos últimos dez anos.

No ranking dos Estados, o Paraná ficou com a terceira posição, com 90.349 vagas, seguido do Rio Grande do Sul, com 90.164. Minas Gerais, por sua vez, aparece quinto, com 88.484. Já os Estados que mais fecharam postos no ano passado foram Rondônia, com 3.221 vagas a menos, e Alagoas, com -1.484.

Por regiões, o Sudeste foi o local que mais abriu postos de trabalho, com 476.495 vagas; seguida pelo Sul, com 257.275 postos; Nordeste, com 193.316; Centro-Oeste, com 127.767; e Norte, com 62.318.

As áreas metropolitanas criaram 331.229 postos. São Paulo é a líder, com 129.401; seguida por Rio de Janeiro, com 72.827; Porto Alegre, com 33.274; Fortaleza, com 31.871; e Salvador, com 17.569.

O interior foi responsável pela criação de 465.542 vagas. Por esta ótica, São Paulo foi, novamente, o local que mais gerou postos: 138.411; seguido por Minas Gerais, com 81.979; Paraná, 71.845; e Rio Grande do Sul, 56.890.

Fonte: Estadão

Portal da Força Sindical

Em porta de fábrica, cerca de 7 mil metalúrgicos de Curitiba se mobilizam pelo acordo salarial 2013

Na terça-feira, 21, de manhã, cerca de 7 mil metalúrgicos dos setores de máquinas e metalurgia demonstraram em assembleias lideradas pelo SMC (Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba/PR) que continuam mobilizados pelo acordo salarial referente a 2013.

As ações foram realizadas na Bosch, Trützchler, Omeco, Maclinea e Blount, todas situadas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Os trabalhadores destas empresas aprovaram o encaminhamento que exige um acordo a altura da reivindicação enviada pelo Sindicato aos patronais Sindimaq e Sindimetal. A pauta do SMC consiste em:

- 1- Para acordo de 1 ano (2013/14), mínimo de 10% de reajuste sem teto com abono de 50%
- 2- Para acordo de 2 anos (2013/15) INPC+3,5% (2013) e INPC +2,5% (2014) com abono de

50%

3- Para acordo de 3 Anos (2013/16) INPC+3,5% (2013), INPC +2,5% (2014) e INPC+2,5% (2015)

4- Abono salarial no valor de 50% do salário nominal para dezembro de 2013 e 2014

5- Garantia do reajuste, sem teto, para todas as faixas salariais com reflexo no piso e demais cláusulas econômicas

Brasil Econômico, 22/01/14

Presidente da Anfavea diz que crescimento do Brasil vai superar previsão do FMI

Sobre 2013, Moan disse que "foi um ano excepcional para o setor, com recordes tanto no setor de autoveículos quanto no de máquinas, incluindo as vendas".

Brasília - O presidente da Associação Nacional das Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, detalhou nesta quarta-feira para o governo as previsões de crescimento de 1,1% no setor em 2014, em comparação ao último ano, segundo relatório da entidade divulgado no início do mês. Moan esteve reunido pela manhã com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, e também fez um balanço dos resultados do setor em 2013.

Com relação ao relatório do Fundo Monetário Internacional, que reduziu de 2,5% para 2,3% as expectativas de crescimento do Brasil para 2014, Moan enfatizou que não concorda com a previsão. "Tanto é que a formação bruta de capital [investimentos] este ano vai ser surpreendente, e será crescente nos próximos anos. Quero lembrar que as últimas concessões foram feitas e os últimos leilões da parte de infraestrutura foram extremamente positivos", avaliou.

Sobre 2013, Moan disse que "foi um ano excepcional para o setor, com recordes tanto no setor de autoveículos quanto no de máquinas, incluindo as vendas".

O dirigente lembrou que, no caso do setor de máquinas, o resultado foi o recorde absoluto de comercialização no Brasil, com mais de 80 mil unidades. Na área de autoveículos, houve queda de 0,9% em comparação a 2012, mas mesmo assim, ressaltou, dentro de um patamar muito alto.

Moan também disse esperar que o governo dê resposta, ainda neste primeiro semestre, a algumas reivindicações do setor, como o Inovar-Autopeças, Inovar-Máquinas e Exporta-Auto. "No caso do Exportar-Auto, existem vários grupos formados para realizar os estudos dentro do governo", informou.

De acordo com ele, o mecanismo que faltava para essas definições foi publicado na Medida Provisória 638, que trata, entre outros temas, da rastreabilidade. De acordo com a norma, publicada nessa segunda-feira, os fornecedores de insumos estratégicos e de ferramentas para as empresas habilitadas ao Inovar-Auto e seus fornecedores diretos ficam obrigados a informar os valores e outras características dos produtos fornecidos.

"A rastreabilidade é primordial no programa de autopeças. Estamos caminhando bem, assim como a conjuntura", garantiu.

Brasil Econômico, 22/01/14

Fiat Automóveis completa compra da Chrysler

Juntas, as montadoras são o sétimo maior grupo de automóveis do mundo. Nome da nova empresa e o local da sede ainda serão anunciados

Milão - A italiana Fiat disse nesta terça-feira que completou a compra da fabricante de automóveis norte-americana Chrysler em uma transação de US\$4,35 bilhões depois de uma fusão de cinco anos que criou uma nova gigante global do automobilismo.

"O Grupo Chrysler agora é um subsidiário integral da Fiat", disse a empresa italiana em um comunicado.

O acordo envolveu a compra dos 41,46% restantes de participação na Chrysler do Veba, um fundo controlado pelos sindicatos dos trabalhadores do setor de automóveis dos EUA, UAW. A Fiat e a Chrysler, juntas, são o sétimo maior grupo de automóveis do mundo e nome da nova empresa e o local de sua sede serão anunciados na reunião do conselho no dia 29 de janeiro. Sergio Marchionne, que é chefe executivo tanto da Fiat como da Chrysler, disse este mês que estava considerando uma possível entrada nas bolsas de Hong Kong ou Nova York e teria como objetivo um mercado de carros premium.

Questionado sobre o financiamento para a Fiat-Chrysler disse que uma emissão de títulos conversíveis seria "apropriada", mas a decisão final será tomada pelo conselho. Um título conversível é um tipo de título que pode ser transformado em ações da empresa em questão ou em dinheiro no mesmo valor. Eles são frequentemente usados por empresas com baixa avaliação de crédito, mas grande crescimento potencial.

Monitor Mercantil, 23/01/14

INTERNACIONAL

Desemprego é tema do 1º dia em Davos

O Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, começou nesta quarta-feira os trabalhos em tom de esperança com relação à recuperação das economias européia e norte-americana. A tônica de um dos principais painéis de abertura do fórum, no entanto, não deixou de lado a cautela. Nos debates, especialistas pediram que os países desenvolvidos não se acomodassem perante os recentes progressos. Para eles, as economias têm de continuar avançando.

O tema do encontro deste ano em Davos é "O Remodelamento do Mundo: Consequências para a Sociedade, a Política e os Negócios". Estima-se que, aproximadamente, 2,5 mil pessoas de mais de 100 países participem. A participação de líderes mundiais e chefes de Estado é esperada para ocorrer entre sexta-feira e sábado, quando termina o encontro.

A presidente Dilma Rousseff irá discursar na sexta-feira. É sua primeira participação no Fórum Econômico Mundial.

Os painelistas mencionaram a problemática de uma geração perdida, devido ao desemprego estrutural no continente. Os participantes pediram que líderes europeus sejam mais agressivos ao lidar com a crise de desemprego.

CONFEDERACIÓN SINDICAL INTERNACIONAL (CSI)

Ucrania: El diálogo es la única manera de avanzar

Rebanadas de Realidad - Bruselas, 21 de enero de 2014 (CSI EnLínea): La CSI está profundamente preocupada por la paralización política de Ucrania y la creciente violencia de los últimos días, que ha provocado unos 100 heridos después de que un grupo de manifestantes se separara de la principal concentración de protesta en Kiev y se enfrentara a la policía.

Los enfrentamientos se han repetido hoy, aunque ya han empezado a verse indicios de que quizá el gobierno dé marcha atrás en la aplicación de las polémicas leyes que restringen el derecho de protesta e inicie un diálogo.

"Las acciones de una pequeña minoría están distrayendo la atención de las demandas legítimas de cientos de miles de manifestantes. El presidente Víktor Yanukóvich tiene que derogar las draconianas leyes que restringen el derecho de protesta y que desencadenaron las últimas manifestaciones, negociar con la oposición para evitar que la violencia se extienda y hallar una solución política para el actual punto muerto", declaró Sharan Burrow, Secretaria General de la CSI.

El líder de la oposición Vitali Klitschko ha pedido a los manifestantes que se abstengan de la violencia. Aún así, fue rociado con un extintor cuando intentaba intervenir para detener la violencia durante la protesta. El señor Klitschko ha animado a Yanukóvich a que asista a las negociaciones personalmente, en lugar de enviar al jefe del Consejo de Seguridad Nacional Andréi Kliúyev, nombrado en un inicio por el presidente para representar al gobierno.

Organizado por Ernesto Germano